

# PSICOLOGIA SOCIAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA<sup>1</sup>

*Alexandre da Silva de Paula*

Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, FFCLRP. Docente no Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV) e Psicólogo Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), câmpus Votuporanga.  
E-mail: <aledpaula@outlook.com>.

*Sérgio Kodato*

Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP-São Paulo. Docente nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia da USP-FFCLRP.  
E-mail: <skodato@ffclrp.usp.br>.

## RESUMO

O presente artigo discorre sobre a história recente da psicologia social, a partir do desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais. A complexidade desta teoria deriva da desconstrução de falsas dicotomias e reducionismos. O texto expõe avanços e desafios que marcaram a história da abordagem elaborada por Serge Moscovici, bem como a sua importância para a psicologia social. A pesquisa consiste numa revisão crítica de literatura, envolve questionamentos de cunho epistemológicos e ontológicos direcionados à obra original de Moscovici. Tendo em vista tais indagações, nota-se que os argumentos aqui defendidos enveredam para um alinhamento dessa teoria aos paradigmas complexos e pós-modernos, tal como defendem a psicologia discursiva e o construcionismo social. Para tanto, afirma-se que a representação social deve ser compreendida diante de sua inscrição na esfera pública, superando os pressupostos mecanicistas e o cognitivismo individual. Essa proposta de discussão coloca em evidência a maturidade alcançada pelos estudos em representações sociais após anos de pesquisas sistemáticas, intenso debate teórico e metodológico, propiciando a consolidação de um projeto político com as minorias ativas.

**Palavras chaves:** representações sociais, história da psicologia, epistemologia

## TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: HISTÓRIA E EPISTEMO- LOGIA

A história da recente psicologia social pode ser narrada por diferentes prismas, referências teóricas e conceituais. Neste sentido, o trabalho desenvolvido por Farr (2002) é uma referência

que contempla essa diversidade, evidenciando em sua análise desde os ancestrais e fundadores até a consolidação da psicologia social no ramo das ciências naturais. Trata-se de uma área do conhecimento psicológico que trouxe grandes contribuições para a compreensão dos problemas da vida em sociedade, no estudo dos fenômenos subjacentes aos grupos e às instituições. Esse artigo aborda a relação entre a história da psicologia

<sup>1</sup> Artigo baseado na Tese de Doutorado “Redes de Proteção e garantia de direitos: representações sociais por conselheiros tutelares”, defendida em 2014 no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, FFCLRP, com Bolsa de Doutorado da CAPES.

social contemporânea e a Teoria das Representações Sociais a partir de considerações pontuais sobre o trabalho proposto por Serge Moscovici.

Os manuais considerados clássicos em psicologia social foram organizados por precursores como Solomon Asch, William McDougall, Carl Allanmore Murchison e Gardner Lindzey. Na produção teórica e epistemológica, destacava-se a chamada Escola de Chicago com representantes como William Thomas e George Mead. Sobre tudo, até meados da década de sessenta prevaleceu a individualização da psicologia social, a área tinha como referência pesquisadores Gordon Willard Allport, James Mark Baldwin dentre outros. Segundo Farr (2002), o individualismo tornava-se parte essencial de uma ideologia dominante, com suas raízes no dualismo cartesiano, constitui a base epistemológica da psicologia social norte-americana. O individualismo proponha uma visão do contexto social tendo, como referência, a abordagem comportamental.

Eram comuns as dicotomias e dualidades entre o sujeito e objeto, o indivíduo e a sociedade. As cisões e bipolaridades no objeto de estudo tinham como consequência a noção de um psiquismo sem história e uma história sem sujeito. O termo “social” da psicologia se restringia a um conjunto de variáveis ambientais que deveriam ser passíveis de observação, registro e quantificação (González Rey, 2004). Discutindo esse modelo hegemônico que influenciou a área ao longo de todo o século XX, Moscovici (2006) aponta que três formas distintas ganharam força: a psicologia social taxonômica, a psicologia social diferencial e, por fim, a psicologia social sistemática. Essas três formas mantinham estreita relação com a psicologia geral e experimental. Portanto, não contemplavam a subjetividade numa dimensão processual e dialógica.

O rigor da análise causal, na relação entre variáveis, norteava as descobertas científicas. Com efeito, os pesquisadores sociais se ocupavam com o desenho de situações controladas e replicadas em laboratório, tendo em vista o status de ciência nos estudos. Sobre tudo, era evidente que as investigações apreciavam, superficialmente, os problemas sociais urgentes para grande parte dos cidadãos excluídos, principalmente, na América Latina. Os temas investigados envolviam, por exemplo, a dinâmica de grupos, atitudes, cognição, alteridade, aprendizagem, persuasão e influência social. A vertente individualista em

psicologia social definia o seu estatuto nas ciências naturais, sendo fiel ao fisicalismo e ao pragmatismo.

No final da década de sessenta surgiu, na Europa, a Análise Institucional com Lourau, Lapassade e Basaglia, os quais desenvolveram uma proposta sociológica no estudo das instituições, dando início a mudanças importantes nas práticas em saúde mental. Posteriormente, com Felix Guatarri e Gilles Deleuze, o discurso da antipsiquiatria atinge contornos de extrema importância, repercutindo no conceito de loucura para além da desrazão e da alienação do sujeito no modelo asilar de reclusão. Por outro lado, em oposição a individualização da psicologia social, o trabalho de Henri Tajfel e Colin Fraser posicionou a área buscando o diálogo permanente com a sociologia, o que propiciou novas teorias sobre a ação social no cotidiano (Spink & Spink, 2005).

A teoria de Moscovici despontava, também, como uma alternativa promissora em oposição ao individualismo na psicologia social. Contudo, os estudos com destaque no meio acadêmico, seguiam a tradição norte-americana. Ou seja, apesar do trabalho desenvolvido por psicólogos sociais renomados na França, Inglaterra, Alemanha, Rússia, Argentina, El Salvador e no Brasil, a prática científica encontrava respaldo nos laboratórios experimentais com o uso de recursos como escalas e inventários na avaliação do comportamento individual. Segundo Palmonari e Cerrato (2011), durante na década de sessenta instalava-se uma crise de identidade na psicologia social, a qual estendeu-se para toda a psicologia e demais ciências sociais devido ao ceticismo crescente nas ideologias liberais. E, em meio ao movimento de crítica à abordagem hegemônica, Serge Moscovici em sua primeira obra, enfatizou o senso comum como uma forma de conhecimento prático e um possível objeto de análise social.

O livro “La Psychanalyse, son image, son public” de Serge Moscovici, destacou-se nas ciências sociais e causou grande impacto na psicologia, articulando uma referência para os pesquisadores do mundo inteiro. A opção metodológica defendida pelo autor indicava que análise do objeto de estudo dependia da participação ativa do pesquisador (Arruda, 2002). Nessa obra, Moscovici indagou sobre os mecanismos cognitivos envolvidos na representação de um discurso científico por uma comunidade específica. Assim, esse trabalho posicionou o saber do cotidiano como

um tipo de conhecimento representado em grupo, um produto da interação dialética entre os indivíduos e a sociedade.

Mesmo com a proposta de análise centrada na cognição social, o autor não perdeu o foco psicológico e contextual das representações. Além disso, chamava a atenção que a preocupação de Moscovici estava centrada nos processos de mudança e transformação dos saberes, não apenas nas estruturas estáveis da cognição social. Neste sentido, essa abordagem aproxima-se do conhecimento produzido pelas minorias ativas (Jovchelovitch, 1998), o qual fundamenta os enfrentamentos coletivos, os movimentos de contestação e reinvidicação. E, no que tange as influências teóricas, as ideias iniciais de Moscovici sobre o conceito representação convergiram para uma teoria sóciocognitiva, as suas primeiras referências estavam na antropologia de Lévy-Bruhl, na psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget e na própria psicanálise de Sigmund Freud. Além das teorias sobre o desenvolvimento humano, a sociologia de Durkheim também consistiu em uma referência, porém, foi necessário apontar as divergências entre os autores.

Análises aprofundadas diferenciando as proposições dos autores citados acima podem ser encontradas no trabalho de Guareschi (1999), Jodelet (1986), Arruda (2002) e Farr (2000). Em síntese, cabe destacar que na concepção ontológica de Durkheim, ocorre um dualismo radical, ou seja, há uma nítida distinção entre as representações individuais e as representações coletivas. E, além disso, Durkheim “considerava o corpo e a mente como dois componentes da natureza humana que não são somente diferentes, mas mutuamente opostos” (Moscovici, 2006, p. 176). De fato, Durkheim seguiu os ensinamentos filosóficos de Kant e Aristóteles, considerava as representações coletivas como legítimo objeto de estudo da sociologia, a partir de uma concepção determinista dos fenômenos sociais. Jovchelovitch (2007) afirma que diferente da sociologia de Durkheim, o estudo das representações sociais mantém um duplo compromisso: com o social e o psicológico, enquanto estratégia para superar as cisões e fragmentações no objeto de estudo.

Com efeito, “o conceito de representação social significou a primeira evidência, dentro da psicologia social, do caráter produzido e subjetivo da realidade social” (González Rey, 2006, p. 70). Desse modo, se atualmente há uma ampla discus-

são sobre a importância da subjetividade em sua dimensão histórica na constituição do psiquismo, esse fato tem íntima relação com o trabalho iniciado por Moscovici, considerando, sobretudo, o papel decisivo das representações na produção coletiva de sentidos. Na abordagem das representações sociais, a importância atribuída à dimensão subjetiva do homem pode ser observada, de um lado, na ênfase dada às dimensões simbólicas das representações e, de outro, no reconhecimento da realidade como construção social. Afirmase, contudo, que é na racionalidade do conhecimento cotidiano que se encontram a plasticidade e a capacidade de adaptação dos grupos sociais. “Aquilo que parece irracional ou errado para o observador externo, tem sentido para o sujeito do saber” (Jovchelovitch, 2011, p. 164).

Se o contexto histórico da obra inaugural de Moscovici era marcado pelo predomínio do saber positivista, pragmático e experimental, a proposta de situar o senso comum como uma forma de conhecimento consistiu numa reação as forças instituídas no campo social e científico. Nessa direção, no início da década de oitenta Lane (1984, p. 15) alertava que “se o positivismo, ao enfrentar a contradição entre objetividade e subjetividade, perdeu o ser humano, produto e produtor da história, se tornou necessário recuperar o subjetivismo”. A crítica da autora estava focada na suposta neutralidade da ciência, na naturalização dos fenômenos psicológicos e, sobretudo, na tendência da psicologia social em categorizar e diferenciar comportamentos, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade por se adaptar ao ambiente social. Houve avanços singulares na pesquisa social ao se afirmar que o sujeito e o objeto de pesquisa interagem de alguma forma, o que aponta para a dimensão política na escolha dos temas investigados.

Arruda (2002, p. 68) afirma que a proposta de Moscovici “permitiu alargar o foco de visão da psicologia ao incluir o contexto em que se inseriam objetos e sujeitos”, evidenciando como o objetivo se incorpora ao subjetivo. Enfim, uma análise da obra inaugural de Moscovici revela que a proposta era, efetivamente, compreender a relação indivíduo e sociedade rompendo definitivamente com as dualidades e o mecanicismo nos modelos explicativos. O autor fomentou um debate para além das cisões entre o indivíduo e o grupo, a ciência e o senso comum. Assim, contribuiu para resgatar a dimensão histórica e contextual dos indivíduos e dos grupos sociais, a qual era mal compreendida,

ignorada ou rejeitada na tradição da psicologia social experimental. Para situar a subjetividade nos estudos em psicologia social foi necessário superar a noção de indivíduo enquanto átomo artificialmente separado de seu contexto histórico. Foi necessário superar a individualização da psicologia social (Marková, 2006).

## **A REPRESENTAÇÃO E O SOCIAL: A POLÊMICA DE UM CONCEITO DINÂMICO**

A influência das representações sociais na psicologia social é constatada não apenas por sua história e difusão nos meios acadêmicos, mas também por variações e apropriações distintas da obra original de Moscovici. Os enfoques incluem a abordagem estrutural de Jean-Claude Abric, a abordagem sociocultural de Denise Jodelet, a abordagem genética de Willem Doise e a abordagem dialógica de Ivana Marková. Essas perspectivas teóricas e metodológicas sobre as representações sociais não são radicalmente distintas, eles se interpenetram e se enriquecem mutuamente (Jovchelovitch, 2007). Contudo, a proposta paradigmática de Moscovici enfrentou resistências, principalmente nos EUA. Já na Europa, encontrou território propício para seu desenvolvimento, o que ocorreu ao longo da década de setenta, onde passou a ocupar papel de protagonista na pesquisa social.

Mas, é notório que o trabalho de Moscovici recebeu críticas contundentes, uma vez que o autor empregou um termo como vasta discussão teórica na psicologia, sociologia e filosofia: o termo representação. Carvalho e Arruda (2008) reconhecem que o conceito representação é polissêmico e possui uma longa tradição de uso nas ciências sociais. Este conceito possui diversos significados, às vezes muito distintos, ou seja, trata-se de uma designação que passa por um território interdisciplinar. Segundo Jodelet (2005), seja no que tange aos processos intrapsíquicos, as produções mentais, a cognição, a ideologia ou a ação pública, ocorrem muitas formulações e concepções sobre o conceito representação, as quais influenciam na opção metodológica dos pesquisadores. Representação geralmente indica algo inserido na relação entre um sujeito e um objeto, sendo comum sua apropriação como atividade mental individual.

Cabe destacar que representação é um conceito utilizado como expressão vaga, o que torna a sua coexistência plausível de acordo com o contexto histórico (Carvalho & Arruda, 2008).

Sá (1998) contribui com o debate argumentando que a fórmula proposta por Moscovici e endossada por Denise Jodelet – toda representação é uma representação de alguém (sujeito) e de alguma coisa (o objeto) – enfatiza a ligação necessária do objeto de representação a um determinado sujeito. Porém, este autor aponta que é forçoso reconhecer o caráter esquemático que pode conduzir a noção de um sujeito ou objeto em termos genéricos, de modo que as condições socioculturais da vinculação sejam desprezadas, incorrendo na banalização cognitivista e dualista do conceito. Em termos da produção de conhecimentos na área, percebe-se a propagação de pesquisas com enfoque individualista e “uma forte tendência positivista que, em muitos casos, acabou transformando este conceito em uma entidade estática de correlação” (González Rey, 2004, p. 95).

Assim, apesar dos esforços por teóricos renomados da abordagem, como Jodelet (2005), o termo representação permanece influenciado pelo cognitivismo individual, evidenciando tendências mecanicistas e computacionais, seguindo o princípio determinista na relação mente, cérebro e comportamento (Marková, 2006). Nesta direção cabe o alerta: as representações, não podem ser tomadas exclusivamente como produto de formalizações e imagens processadas na mente dos indivíduos. Porém, observa-se, atualmente, que a preocupação com aspecto metodológico não implica, também, na preocupação com fundamentos epistemológicos e ontológicos subjacentes a prática científica. Muitas vezes nos deparamos com a descrição de estratégias e técnicas no tratamento de dados, mas pouco com avanços significativos nos aspectos filosóficos e epistemológicos que envolvem a abordagem das representações sociais. Soma a isso que, para Jovchelovitch (1998), o papel decisivo das representações na formação do sujeito psicológico, nem sempre foi algo consensual entre autores de grande influência na psicologia, como Piaget, Freud, Vigotski, dentre outros. O diferencial da abordagem de Moscovici, o qual deve nortear as discussões, é que a representação surge como um dispositivo da ação comunicativa. Portanto, é no espaço da intersubjetividade que ocorre a condição de existência das representações e sua matéria advém da

inteligibilidade da história e da cultura (Jovchelovitch, 2004).

As representações, desta forma, decorrem de em um trabalho subjetivo que encontra sentido por estar imerso em um ambiente coletivo. É no social que as representações são construídas para orientar decisões práticas. A autora citada acrescenta que é “com base na função simbólica das representações que podemos compreender tanto o seu poder de construir a realidade, como as limitações de concepções empiricistas” (2007, p. 38). A ênfase na função simbólica permite abandonar a ideia do conhecimento tomado como correspondência imediata do real, como uma cópia estável de objetos em um mundo dinâmico e mutável, colocando em evidência as mediações que ocorrem entre os indivíduos e a realidade social. As representações sociais, neste sentido, desestabilizam a antiga noção de representação como fotografia do mundo empírico.

A representação é uma ponte, uma ligação, um laço, uma mediação, que se constrói na relação do sujeito psíquico com o existente. De certa forma, o existente sempre nos precede e isso tem a ver menos com um empirismo estreito do que com o fato de que os humanos possuem uma substância histórica (Jovchelovitch, 1998, p. 59).

Ao acentuar a mediação simbólica, a separação entre o interno e o externo, o objetivo e o subjetivo são apresentadas como falsas. Sendo assim, as diretrizes do dualismo cartesiano não se aplicam ao conceito de representação social, ou seja, “representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; é reconstituí-lo, retocá-lo e modificar-lhe o texto” (Moscovici, 1978, p. 58). Nessa abordagem, a representação refere-se à transformação do não-familiar em familiar, quando o novo é incorporado a categorias preexistentes e se torna senso comum” (Carvalho & Arruda, 2008, p. 449). Para explicar esse movimento de apropriação e transformação de saberes, Moscovici desenvolveu a noção de ancoragem e de objetivação. A ancoragem se refere a ação cognitiva que duplica uma figura estranha, nomeando-a através de um saber anterior. Já o mecanismo de ligação que transforma uma imagem, figura ou conhecimento abstrato e estranho em um objeto concreto, é chamado objetivação. As imagens estranhas à consciência são integradas no “núcleo figurativo”, um complexo de imagens que

reproduzem visivelmente um complexo de ideias. Assim, “desde que suponhamos que as palavras não falam sobre *nada* somos obrigados a ligá-las a algo, a encontrar equivalentes não verbais para elas” (Moscovici, 2006, p. 72).

Diante disso, é evidente que se trata de um equívoco afirmar que a representação se organiza cognitivamente a partir de uma imagem estática do mundo. Todavia, isso não implica na ausência de consensualidade na produção de saberes (Guareschi, 1999). Com efeito, o conhecimento em ação ampara o estudo das representações. “Não pode haver conhecimento social a menos que seja formado, mantido, difundido e transformado dentro da sociedade” (Marková, 2006, p. 27). Por outro lado, na sociedade atual, onde é crescente a profusão de paradigmas que se intitulam como flexíveis e complexos frente a instabilidade da subjetividade contemporânea. A teoria das representações sociais aparece associada a um paradigma incompatível com a condição pós-moderna. Mas, é um fato que ao longo de quase cinquenta anos, os esforços dos grupos de pesquisa, nas diversas áreas do conhecimento, auxiliaram não apenas na consolidação e fortalecimento necessário para a prática científica fundamentada na proposta de Moscovici, como também, forneceram um discurso articulado e comprometido com o rigor das ciências sociais.

Apesar do debate intenso, seminários, congressos internacionais e publicações de excelência na área, os desafios teóricos e conceituais são renovados. Importantes pesquisadores nacionais e internacionais, como Michel-Louis Rouquette, Willem Dois, Pedrinho Guareschi ou Maria Auxiliadora Banchs têm dialogado com as críticas incisivas ao conceito representação social. Suscitando reflexões de grande importância para o desenvolvimento do legado de Moscovici, estes autores não se esquivam das questões levantadas pela psicologia discursiva e pelo construcionismo social. Em direção às críticas Duveen (2006, p. 24) assinala que “as correntes mais radicais da teoria do discurso, em psicologia social, objetaram contra a própria ideia de representação, como sendo um anexo tardio da psicologia cognitiva”. O autor citado destaca que nas últimas décadas as divergências têm sido mais acentuadas e indicam fortes oposições deste referencial a teoria das representações sociais. Contudo, em meio ao debate público e acadêmico, o trabalho de Moscovici consegue manter-se próximo as transformações

dessa sociedade flexível, mas cabe o alerta de Gonzáles Rey (2006, p. 70) em direção às críticas:

a realidade social em que nos situamos, como realidade produzida, não levou Moscovici à armadilha em que o construcionismo social caiu, ao representar essa realidade construída apenas como uma produção simbólica, sem nenhum nexos com outros registros que definem processos e fenômenos que, tendo um caráter diferente das nossas práticas simbólicas, as constituem. Esses elementos que, mesmo entrando na ordem do simbólico nas práticas humanas, não são processos simbólicos em si mesmos, e que são inseparáveis do conjunto de nossas práticas é o que pode ser chamado de realidade. Precisamente, a realidade social é construída porque existem processos subjetivos que expressam outros registros da realidade e que são os responsáveis pela produção da realidade social. A subjetividade não é uma cópia, nem um reflexo do mundo real, é uma produção humana de caráter simbólico e de sentido que, dentro da realidade social em que o homem vive, lhe permite as diferentes opções de vida cotidiana e de seu desenvolvimento.

Além disso, o autor afirma que as vertentes construcionistas e discursivas têm dado pouca atenção à dialética complexa do social e individual na atividade humana e isso pode comprometer o entendimento da subjetividade, enquanto categoria do psiquismo. O discurso, nessas vertentes, seria utilizado como fim em si mesmo e único cenário para produção científica, o que conduz a uma nova forma de reducionismo. A psicologia social deixaria de encontrar formas diversas de subjetivação construídas na história concreta de seus protagonistas, as minorias ativas. É um fato que a teoria das representações sociais, ao longo de sua história, carrega a tensão, a diversidade metodológica e o diálogo com as oposições. Com efeito, os teóricos da abordagem não recusam o papel da linguagem no desenvolvimento humano e na expressão da subjetividade, pois, a linguagem introduz o homem no universo simbólico. Não há representação social sem discurso. Porém, “as palavras não são tradução direta das ideias, do mesmo modo que os discursos não são nunca as reflexões imediatas das posições sociais” (Moscovici, 2006, p. 219).

A proximidade de Moscovici com uma forma de pensamento social, visto como marginal e minoritário, implicou em dificuldades na consolidação de sua psicossociologia. É um fato que

a psicologia social moderna se caracteriza como uma disciplina “dominada em nosso século, primeiro pelo comportamentalismo e, mais recente, por um cognitivismo não menos reducionista e, durante todo este tempo, por um individualismo” (Duveen, 2003, p. 11). E, apesar das divergências e embates, é consenso que a psicologia social tomou uma forma crítica e política, comprometida, cada vez mais, com as transformações de uma realidade desigual e excludente. É notório que a psicologia social atingiu o objetivo de superar a oposição entre a análise individual e a análise social, voltando-se, essencialmente, para os estudos dos vínculos sociais nas relações cotidianas (Palmomari & Cerrato, 2011). Nesta direção, seguindo os preceitos da abordagem sociocultural afirmou-se “uma nova dimensão espaço-temporal para se apreender o indivíduo como um ser concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social (Lane, 1984, p. 15).

Nesse percurso, surgiram vários trabalhos importantes a partir de referências como Vigotski, Foucault, Arendt, Heller, Castoriades dentre outras. No final da década de noventa os pesquisadores da área aderiram às mudanças, investindo ainda mais nos escritos de Marx, Adorno, Guattari, Foucault, Sartre, Pichon-Rivière e Martín-Boró. De fato, foi necessário um longo percurso para que a epistemologia centrada num sujeito dialético e processual tivesse espaço no debate teórico e metodológico. Atualmente no Brasil, a psicologia social tem se colocado como área capaz de romper com a noção naturalizada e individualizada de homem, estas dentre outras conquistas decorrem do trabalho árduo de muitos pesquisadores que adotaram a Teoria das Representações Sociais. A visão de um homem concreto, pensando enquanto sujeito ativo e histórico, tem contribuído para uma atuação profissional eminentemente ética e intensamente norteadas para o empoderamento das minorias que vivem em situação de sofrimento, humilhação e injustiça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discorre sobre a história recente da psicologia social e aponta uma série de elementos que fazem parte do desenvolvimento dessa área, sem perder de vista os discursos que permanecem em conflito. A história da psicologia social pode, efetivamente, ser narrada e com-

preendida nos embates travados em decorrência da origem e consolidação da Teoria das Representações Sociais. No início desta teoria, a pesquisa social era determinada pelo modelo hegemônico do projeto positivista, com suas raízes no fisicalismo e no pragmatismo. Os avanços e conquistas promovidas por Serge Moscovici marcaram, de modo singular, várias gerações de psicólogos sociais pelo mundo. Atualmente, a psicologia social superou os preceitos de uma ciência neutra, pautada em teorias descontextualizadas com a realidade sociocultural da América Latina. Tornou-se, então, uma vertente que não ignora o viés político e ideológico na ciência e no conhecimento produzido, desmascarando os mecanismos de alienação, as formas com que os discursos dominantes do capitalismo pós-industrial legitimam e mantêm a exclusão perversa.

Mesmo assim, “aqui se coloca uma questão crucial: como a psicologia social pode, enquanto campo de conhecimento, enquanto linguagem, exercer esta função de consciência crítica e, consequentemente, de propulsora de uma consciência social?” (Lane, 1980, p. 101). Primeiramente, é importante reconhecer que a ciência social produzida pelos diferentes grupos de pesquisa que adotam este referencial deve ser compreendida como uma ciência inspirada em um paradigma complexo e, assim, os diferentes pontos de vista se complementam, sem incorrer em visão uma fragmentada ou desconexa da teoria. O acesso ao mundo empírico, pelo aparato metodológico, não implica numa postura reducionista situada nos extremos da ontologia realista ou da ontologia relativista. Trata-se de considerar a realidade concreta e historicamente determinada, a qual traz sentidos consensuais e níveis de estabilidade em subjetividades em mudança numa sociedade líquida. Desde o início dos trabalhos de Moscovici, muitas mudanças ocorreram na sociedade e na cultura. É importante que o pesquisador, nesta área, consiga abordar os fenômenos psicossociais da atualidade, atento as formas de vida que pedem passagem, as novas modalidades de controle, vigilância e opressão e, principalmente às linhas de fuga e resistência. Enfim, o presente texto aborda questões que ainda precisam de atenção, do ponto de vista teórico e epistemológico. Contudo, uma teoria que permanece no centro do debate da psicologia social durante tanto tempo, já possui um lugar diferenciado na história da psicologia.

## REFERÊNCIAS

- Arruda, A. (2002). Subjetividade, mudanças e representações sociais. In Furtado, O. & Gonzáles Rey, F. (Eds.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais* (pp. 65-75). S.P.: Casa do psicólogo.
- Carvalho, J. G. S., & Arruda, A. (2008). Teoria das Representações Sociais e História: um diálogo necessário. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 18, 441-456.
- Duveen, G. (2006). Introdução: o poder das ideias. In Moscovici, S. (Ed.), *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (pp. 7-28) (P. A. Guareschi, Trad.). R.J.: Vozes. (Trabalho original publicado em 2000).
- Farr, R. M. (2002). A individualização da psicologia social. In Guareschi, P. & Campos, R. H. F. (Eds.), *Paradigmas em psicologia social: A perspectiva Latino-Americana* (pp. 11-26). R.J.: Vozes.
- Guareschi, P. A. (1999). Desafios Epistemológicos da psicologia. *Psicologia reflexão e crítica*, Porto Alegre, 16(2),7-28.
- González Rey, F. L. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. L. (2006). As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), p. 69-85.
- Jodelet, D. (1986). La representacion social: fenomenos, concepto y teoria. In Moscovici, S. (Ed.), *Psicología social II* (pp. 469-494). Barcelona: Ediciones Paidós.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 679-712.
- Jovchelovitch, S. (1988). Representações sociais: Para uma fenomenologia dos saberes Sociais. *Psicologia & Sociedade*, 10(1): 54-68.
- Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia social: saber, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 20-31.
- Jovchelovitch, S. (2007). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura* (P. A. Guareschi, Trad.). R.J.: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2011) Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da Razão em Psicanálise, sua imagem e seu público. In Almeida, A. M. O., & Araújo, Z. (Eds.), *Teoria das representações sociais - 50 anos* (pp. 159-176). R.J.: Techno Politik.

- Lane, S. T. M. (1980). Uma redefinição da Psicologia Social. *Educação & Sociedade*, 2(6), 96-103.
- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In Lane, S. T. M. & Codo, W. (Eds.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). S.P.: Brasiliense.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise: resultados da pesquisa de opinião e análise teórica* (A. Cabral, Trad.). R.J.: Zahar. (Trabalho original publicado em 1961).
- Moscovici, S. (2006). *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (P. A. Guareschi, Trad.). R.J.: Vozes. (Trabalho original publicado em 2000).
- Palmonari, A. & Cerrato, J. (2011). Representações sociais e psicologia social. In Almeida, A. M., Santos, M. F. & Trindade, Z. A. (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 305-332). R.J.: Techno Politik.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. R.J.: EDUERJ.
- Spink, P. K., & Spink, M. J. A. (2005). Psicologia Social na Atualidade. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreiro, A. A. L. & Portugal, F. T. (Eds.), *História da Psicologia: Rumos e Percursos* (pp. 595-622). R.J.: Nau Editora.

## *Social Psychology and Social Representation: A Historical Approach*

### **ABSTRACT**

In this article, the recent history of social psychology is discussed, based on the development of Social Representations Theory. The complexity of this theory derives from the deconstruction of false dichotomies and reductionisms. The text presents advances and challenges that marked the history of the approach elaborated by Serge Moscovici, as well as its importance for social psychology. The research is a critical literature review, involving epistemological and ontological inquiries on Moscovici's original work. In view of these inquiries, it is observed that the arguments defended here lead towards the alignment of this theory with the complex and post-modern paradigms, as defended in discursive psychology and social constructionism. Therefore, it is affirmed that the social representation should be understood in view of its inscription in the public sphere, overcoming the mechanistic premises and individual cognitivism. The proposed discussion evidences the maturity of social representations studies after years of systematic research, intense theoretical and methodological debate, favoring the consolidation of a political project with the active minorities.

**Keywords:** social representations, history of psychology, epistemology